

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.129 - SC (2020/0266131-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : BÁRBARA LEBARBENCHON MOURA THOMASELLI E
OUTRO(S) - SC009194
AGRAVADO : CLEDIA IOLANDA CARMINATTI SPILLERE DA ROSA
ADVOGADO : RAFAEL VICENTE ROGLIO DE OLIVEIRA - SC014832

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DE SANTA CATARINA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

TRIBUTÁRIO. "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ESTADO DE SANTA CATARINA - AÇÃO ANULATÓRIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO - ADESÃO AO REFIS NO CURSO DO PROCESSO - RECOLHIMENTO DE VERBAS AO FUNJURE, EQUIVALENTE AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CONDENAÇÃO NA SENTENÇA - DECISÃO REFORMADA.

"1. A interpretação não pode causar perplexidade, criando estado que ofenda a boa-fé. O estímulo deve ser à segurança e à confiança. Não há como prometer, de um lado, um pagamento que livre o contribuinte de crédito tributário, inclusive com recolhimento adicional a título de honorários advocatícios extrajudiciais, mas ao mesmo tempo, de maneira capciosa, impor recolhimento, agora por força do processo judicial.

"2. Os honorários advocatícios devidos ao Estado de Santa Catarina se transformam em verbas do Funjure (Lei Complementar 56/92; art. 2º). A Lei 17.302/2017, por sua vez, criou o Prefis (um sistema voluntário de extinção dos créditos tributários) e previu um ônus adicional: além do pagamento da exação, seria devido pagamento àquele Fundo. Apenas ressaltou as verbas já impostas em decisões transitadas em julgado ou objeto de decisões atacadas por recursos que viessem a ser desistidos (art. 10).

"3. O autor recolheu o valor relativo a ICMS e seus encargos. Pagou ainda verba ao Funjure. A ação anulatória ficou prejudicada, mas por aquela única causa, não sendo justo onerar o contribuinte com pagamento a título de verba profissional - de resto em antagonismo com a própria literalidade legal.

"4. Recurso provido". (AC n. 0004060-07.2013.8.24.0005, de Balneário Camboriú, rel. Des. Hélio do Valle Pereira, Quinta

Superior Tribunal de Justiça

Câmara de Direito Público, j. 12-3-2020)

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação do art. 90 do CPC, no que concerne à responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios, trazendo o seguinte argumento:

A decisão proferida pelo Tribunal local viola a disposição do artigo 90 do Código de Processo Civil, conquanto, na espécie a empresa recorrida aderiu o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal - Prefis, fato este posterior e independente da anterior propositura da ação declaratória, cuja desistência foi posteriormente requerida, motivo pelo qual, em homenagem ao princípio da causalidade, deve ocorrer a condenação da desistente ao pagamento dos honorários advocatícios. (fls. 314).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não é cabível o recurso especial porque interposto contra acórdão com fundamento em legislação local, ainda que se alegue violação de dispositivos de lei federal. Aplicável, por analogia, o óbice previsto na Súmula n. 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

Nesse sentido: "A tutela jurisdicional prestada pela Corte de origem com fundamento em legislação local impede o exame do apelo extremo, mediante aplicação da Súmula 280/STF". (REsp 1.759.345/PI, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 17/10/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1.657.693/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/8/2020; AgInt no REsp 1.616.439/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 1º/6/2020; AgRg no REsp 1.822.671/MT, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 7/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente